

Conclusões



Conclusões definitivas

Ao decidirmos estudar as relações sociais de gênero no espaço público e a ação das políticas urbanas e a metodologia dos projetos de arquitetura no espaço privado, quisemos saber se, quando um determinado espaço foi pensado, houve preocupação com a mulher e se, à luz dessa preocupação, o resultado do projeto foi avaliado após a construção.

Também voltamos nossa atenção para saber se a/o profissional arquiteta/o e a/o urbanista tem consciência de que sua prática pode reforçar a educação diferenciada que reproduz a opressão da mulher. Uma de nossas premissas era que é necessário demonstrar ser o fazer social da/o arquiteta/o também uma replicação da ideologia. Outra premissa era que o espaço pode estimular comportamentos sexistas, ou, inversamente, pode garantir uma vivência corporal-cognitiva que propicie a consideração da mulher tendo o direito de acesso à cidade, e isto respeitando sua especificidade.

Tudo isso sem perder de vista que a mulher e suas relações com a cidade de São Paulo seria nosso objeto principal. Mas, diante da amplitude de nosso campo de observação, aproximamo-nos da idéia de trabalharmos com mulheres organizadas em grupos feministas, e também com as não organizadas e priorizamos aquelas organizadas por intermédio da União de Mulheres de São Paulo, para verificar se havia diferença na maneira de ver a problemática urbana. Ficaríamos sabendo se a cidade é pensada, e como, do ponto de vista da mulher.

Mas também propusemos a aplicação desta problemática num espaço conjunto de mulheres e homens, daí a presença em nossa pesquisa do Grupo Técnico de Apoio, cuja experiência na arquitetura – levada adiante pelas/os profissionais de ambos os sexos de sua equipe multidisciplinar – quisemos estudar. Igualmente sob essa óptica encaramos o trabalho no âmbito da Prefeitura do município de Mauá, na região do ABC, estado de São Paulo.

É de interesse também, à luz dessa preocupação, proceder a uma análise dos projetos e construções, e do modo pelo qual são concebidos e realizados, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). E nem é preciso acrescentar que são dignos de igual atenção, em termos de estudo, todos os demais organismos públicos (ainda que sob a forma de empresas públicas) voltados para a produção do espaço.

Mas esse interesse dirigiu-se, em nosso caso, prioritariamente para observar e estudar como as relações de gênero se dão igualmente nas favelas, dos movimentos de moradia em mutirão em que nosso olhar foi guiado pela visibilidade de grupos focais, e de mutirantes de unidades habitacionais, recebendo aí especial atenção o trabalho de arquitetas e arquitetos assim como outros profissionais que estivessem desenvolvendo o trabalho com esses grupos. Essas são ocasiões privilegiadas para entender como o espaço é percebido, e se existe diferença no método de projetar, por parte de mulheres e homens.

A opção metodológica adotada foi que a pesquisa fosse proativa, ou seja, ao mesmo tempo em que sistematizássemos os dados colhidos, tanto em fontes primárias como secundárias, queríamos que fosse havendo ações devolutivas para a sociedade em forma de cursos, seminários. Não foi fácil, mas conseguimos operar todo o processo desta forma.

Também entrevistamos no movimento feminista com o objetivo de pôr em pauta a emergência, nos fazeres sociais das/os planejadoras/es, gestoras/es e das/os legis-

ladoras/es, das relações sociais de gênero, que deixam sua marca no espaço construído. Sempre dando ênfase às desigualdades sociais, ao promover debates e seminários, tivemos o intuito de contribuir para que se mitiguem as diferenças de gênero, classe e etnia, evitando, contudo, o reducionismo, e assim possamos dar um passo na construção de cidades mais democráticas.

Em muitos momentos enfrentamos as dúvidas e questionamentos sobre a importância deste trabalho de pesquisa, e diante disso a síntese do volume expressivo de dados aqui apresentados garante o nosso principal intuito que foi dar visibilidade à presença da mulher nos espaços construídos, mostrando que estas foram e são sujeitos desta produção. Quanto à decisão de não entrevistar os homens como contraponto, e levando em conta essas observações, chegamos à conclusão de que isso não entraria em choque com nossa tentativa de fazer um questionamento conseqüente do androcentrismo. E isto se confirmou em todo o processo.

Estivemos sempre muito atentas quanto a esse questionamento já na própria concepção geral de nossa pesquisa, em que estivemos permanentemente pautadas pelo conceito das relações sociais de gênero, categoria cunhada diretamente para a intervenção, visando a desconstruir o modelo da supremacia do homem e a subjugação da mulher.

Como não poderia ser diferente, durante as entrevistas os homens estiveram presentes a cada passo na fala das mulheres, como contraponto necessário a ser feito na análise das relações sociais de gênero, pois as questões do poder e da dominação/exploração que se dão na sexualidade, na produção, na reprodução são calcadas no androcentrismo. Assim, as comparações com os parâmetros masculinos perpassaram a todo momento nossas análises.

Comprovando que as relações sociais de gênero são uma categoria estruturadora da compreensão das relações sociais em geral, afirmamos em nossas premissas que o comportamento machista, fruto do sistema patriarcal, foi a tal ponto defendido e promovido pelos poderes, que acabou incorporado também pelas mulheres.

No processo de discussão com as mulheres durante a pesquisa-ação esta afirmação confirmou-se, pois, quando perguntávamos se era diferente para mulheres e homens viver na cidade de São Paulo, algumas delas declararam não ver diferença quanto a isso. Claro que não foi grande o número das entrevistadas que deram esse tipo de resposta, tal como expusemos no Capítulo V, mas ele é significativo na ilustração da existência daquela incorporação.

A afirmação de que as mulheres são tratadas como objeto de uso pelos homens confirmou-se também quando vieram a público as reivindicações das mulheres de Mauá, usuárias de trens e do metrô, assim como as metroviárias. O mesmo ocorreu nos depoimentos das participantes da pesquisa-ação.

O redirecionamento do estudo, ampliando-o da cidade de São Paulo para a Área Metropolitana de mesmo nome, definitivamente foi correto, e teria de ser feito, pois devemos pensar São Paulo como uma megalópole de 18 milhões de pessoas. A natureza de nossas preocupações e de nossa investigação pede que as conclusões a que chegemos,

nesta ou em pesquisas futuras, devam poder ser extraídas, e aplicadas, ao conjunto dessa realidade histórico-social.

Quanto à necessidade de se incorporar a perspectiva de gênero no planejamento, os estudos, aqui apresentados, que foram recolhidos das publicações do Instituto Brasileiro de Administração Pública vêm nos dar subsídios e proporcionar possibilidades de sistematizarmos propostas e recomendações para que os municípios possam instrumentalizar-se para enfrentar essa carência.

E, da mesma forma, esperamos ter contribuído para que as unidades de ensino, em nível de graduação e de pós-graduação, possam desenvolver propostas de disciplinas que venham a formar profissionais que saibam planejar com um olhar voltado para as questões de gênero. E que mais pesquisas possam ser feitas a fim de aprofundar e avançar na compreensão e no enfrentamento dessas questões.

O conjunto de dados que aqui apresentamos vem provar que a inserção do espaço construído, assim como a sua produção, no processo de relações sociais de gênero é cultural e foi se constituindo durante a história da humanidade, manifestando-se essa inserção em cada aspecto do espaço, seja físico, seja psicológico, seja cultural, que venhamos a examinar.

O simples fato de serem mulheres, com as imposições e encargos da sociedade, interfere na mobilidade de que dispõem e em sua utilização do espaço público e privado. E as limitações que surgem nessa mobilidade acentuam-se com as dificuldades acarretadas quando se tornam mães. Nessa condição, diminui sua acessibilidade espacial; e é flagrante que os serviços urbanos em nenhum momento foram pensados levando-se em consideração o atendimento às necessidades geradas pelo que é específico às mulheres, dando conta da situação delas como mães, consumidoras, usuárias de serviços.

E, ao contrário do que muitas vezes se afirmou, a autonomia financeira das mulheres não garante que elas sejam respeitadas como cidadãs com direitos nem como sujeito, com autonomia para decidir sobre seu corpo. A mulher no espaço público logo percebe que este que não foi readequado para recebê-la, nem fisicamente nem pela reeducação do comportamento masculino. Isso faz com que a mulher em geral venha apresentar suas queixas ao destrato e a violência que tem sofrido no espaço de trabalho, tanto é que hoje temos legislação federal que trata do assédio sexual, Lei No. 10.224, 15 de maio de 2001 que criminaliza o assédio sexual (Artigo 216 – A do Código Penal).

Quanto às mulheres terem propostas para a reformulação e o aperfeiçoamento dos serviços urbanos e sociais, isso foi comprovado na pesquisa-ação e na participação nos orçamentos participativos e nas plenárias de elaboração dos planos diretores, em que elas eram a maioria e do qual foi eleita Conselheira.

Nosso papel – não só ao tomá-las como tema, mas ao incluí-las como participantes – foi apenas abrir o espaço de discussão, se bem que poucas consideram sua especificidade nas propostas. E fica claro que a precariedade que cerca a condição das mulheres – principalmente as de classes sociais mais baixas, e, o mais grave, quando são negras –, quando falta a infra-estrutura que lhes garanta acesso à informação, a escolarização, a informatização hoje exigida inclusive para as empregadas domésticas o que prejudica sua profissionalização, agravando a já difícil situação da maioria delas, que têm de arcar com a dupla jornada de trabalho e, principalmente, a maternidade.

Hoje, quando toda a sociedade discute a avassaladora ampliação do mercado informal, fica claro que isso para as mulheres não é novidade. E, quando esta condição passa a ser uma opção para os homens, tal fato também significa que a situação delas com certeza sofrerá pioras e o fenômeno da feminização da pobreza no âmbito mundial é comprovada.

Um dos sintomas dessa gradativa piora social é a crescente indústria da prostituição, com o tráfico de mulheres, que são escravizadas, assim como o tráfico de drogas e o crime organizado. O fenômeno do aumento das meninas de rua na cidade de São Paulo é também um novo sintoma dessa piora.

Mas, voltando à chamada normalidade econômica, com o aumento do desemprego de seus maridos, elas já chegam a perfazer cerca de 28% do total dos chefes de família¹ na Área Metropolitana de São Paulo, e de 37% em alguns bairros no Centro de São Paulo², nas favelas, por exemplo, da Brasilândia, chega de 40% a 60%³.

Infelizmente o que para nós era óbvio também se confirma no processo da pesquisa: a violência urbana manifesta-se de forma específica em relação às mulheres. Os espaços vazios, como terrenos abandonados e parques sem segurança, mais a falta de iluminação pública e itinerários de ônibus mal planejados e que não adentram os bairros, contribuem para a não proteção das mulheres. Podemos afirmar que os homens correm o risco de ser assaltados e até mortos, mas as mulheres, além disso, vivem o pânico da possibilidade de ser estupradas, o que é comum quando assaltadas.

Mas as mulheres são fascinadas pela cidade de São Paulo e demonstraram que, apesar da correria e do cansaço, esta lhes proporciona muito conhecimento e ainda a possibilidade de uma melhora em suas condições de vida.

Esses resultados vieram confirmar as premissas de que partimos e as hipóteses que nos propusemos a provar. Por exemplo, já no trabalho da pesquisa-ação realizada no campo, ficaram evidentes as dificuldades que as mulheres, até mesmo as organizadas em entidades específicas, encontram para conseguir priorizar espaço para si e com isto dar visibilidade a sua produção da cidade. Elas acabam sempre voltadas para as questões mais imediatas que as solicitam, que é cuidar da família e dos problemas de outros.

É verdade que elas vêm, há muitos anos, se articulando para cobrar do Estado que assuma suas propostas de políticas públicas, sociais e urbanas num sentido mais amplo e para todos. Mas fica claro que – esta é uma das tarefas dos arquitetas/os e planejadoras/es preocupadas/os com o avanço social – a transformação da metodologia de planejar, até como resposta a essa demanda das mulheres, deve avançar no sentido de tratar a cidade como ela realmente é, ou seja, contemplando as diferenças, lembrando que entre as mulheres estão também as diferenças étnicas, de faixa etária, de origem.

Ao formularmos os objetivos acima expostos e irmos a campo auscultar as mulheres, tivemos como principal objetivo provocar uma reflexão mais profunda, nossa e das mulheres abordadas. Queremos aqui ressaltar mais uma vez, após o profundo mergulho no cotidiano das mulheres da Área Metropolitana e do movimento social feminista, em todos os níveis de sua organização geográfica e por linhas de pensamento, que o trabalho fez com que pudéssemos parar e pensarmos juntas a cidade.

¹ Fundação Seade. *Famílias chefiadas por mulheres – Pesquisa de condições de vida na RMSP*, 1994.

² Sposatti, A. *Mapa da exclusão*, São Paulo, PUC-SP, 1996.

³ Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, 2003 – GTA.

Foi surpreendente não só a receptividade, como também o entusiasmo que as mulheres em geral demonstraram ao poderem opinar sobre como gostariam que a cidade de São Paulo se organizasse. A vida cotidiana de cada uma traz questões para o entendimento das quais, mesmo se as vivenciamos, por sermos mulheres, nossa experiência e conhecimentos não são suficientes.

Assim, estamos de posse de depoimentos e histórias vividas – que tornamos disponíveis – por essas mulheres, sobre os quais podemos nos debruçar. Em primeiro lugar, é importante que se diga que fomos verdadeiramente tomadas de surpresa diante da realidade ali vivenciada.

Por exemplo, voltamos a frisar que tínhamos a nítida sensação de que a mulher é um verdadeiro “burro de carga”, que utiliza a cidade para serviços – comércio, banco, médicos, levar filha(o) para a escola – e para transitar do e para o trabalho, sempre correndo e penduradas de pacotes, sacolas, e, além disso, sendo assediadas sexualmente na rua, no ônibus, no metrô, no trem, e, como motoristas, sendo convidadas grosseiramente a voltar para a cozinha.

Mas, ao serem consultadas, demonstravam grande entusiasmo pela vida e por conquistas. Portanto, acreditávamos – e isso se confirmou a cada entrevista – que elas estariam dispostas a colaborar com soluções e intervenções que facilitem sua mobilidade (aumentando acessibilidade aos lugares que também lhes dizem respeito) e melhorem sua qualidade de vida.

A verdade é que as mulheres estão mais do que nunca integradas na produção do espaço construído, mas permanecem invisíveis, como as atividades e funções que desempenham. Não usufruem a cidade, e acessam-na apenas em parte.

Em toda a história das cidades, em relação aos direitos das mulheres – foi o que procuramos evidenciar no Capítulo IV –, podemos perceber que o que está sempre em jogo é a herança, os bens, a mercadoria, o lucro. E, como afirma Calió, somos importantes para o sistema econômico como consumidoras, como exército de exploração e espoliação e como mercadorias.

É curioso observar como o trabalho doméstico é considerado como tarefa e como missão, e até como apoio psicológico. Ela é, muitas vezes, a responsável pela sobrevivência dos filhos, dos pais e do marido, sendo, na verdade, o estio familiar.

Mas, permeando todas as civilizações, a liberdade das mulheres sempre passa pela questão da propriedade privada. A crescente consciência quanto a esse ponto perpassa hoje o desejo das mulheres de continuar lutando pela cidadania e pelo acesso à cidade, sendo este um reclamo das mulheres dos países em desenvolvimento tanto quanto dos desenvolvidos.

Constatamos sinais desse anseio nas produções literárias relacionadas ao tema das mulheres e a cidade. Por exemplo, as mulheres francesas que nos apresentam o resultado de seu processo de discussão e propõem uma carta das mulheres pelo acesso à cidade, o que, em sua espinha dorsal, não é diferente das propostas das mulheres da Turquia, da Argentina, do Uruguai ou do Brasil.

Esses avanços nas formas de manifestação e no grau de consciência não devem, no entanto, nos impedir de ver que as mulheres ainda não conquistaram o direito mínimo de decidir sobre seu próprio corpo. E elas percorrerão muitos, mas muitos obstáculos até que cheguem a conquistar plenamente seus direitos.

Podemos considerar que um dos pontos altos desta pesquisa foram os desenhos que elaboraram as visões e os anseios sobre os parques e praças. Assim pudemos entrar em contato com o imaginário daquelas mulheres e assim conseguimos retirar um conjunto de indicadores dessas perceptoras, que aí se revelam como seres coletivos e individuais. Consideramos que este é o início de um esforço em que está presente a possibilidade de aprofundarmos o estudo da apropriação que as mulheres fazem de sua própria leitura visual.

Fomos orientadas nessa etapa do trabalho pela consideração de que a percepção que a mulher tem de sua realidade nesse caso pode nos servir para ressaltar certos pontos estratégicos na cultura urbana. O que pode ajudar a constituir “códigos” acessíveis aos tipos de perceptoras/es de cada lugar, como as mulheres jovens, em nosso caso. Este é um ponto-chave a nos servir de parâmetro numa pesquisa que vise a elaborar planos e projetos, por exemplo, de praças e de parques urbanos.

Essa análise faz-nos perceber quanto é gritante a carência, cada vez maior, de elementos naturais à nossa volta, o que gera um desequilíbrio crescente na vida urbana, verificado também na imposição, por parte da indústria da construção civil e das imobiliárias, de mais e mais espaços edificadas e construídos.

Isso chama a atenção para a importância da educação perceptiva ambiental, para a qual as/os arquitetas/os e as/os urbanistas contribuem, para o bem ou para o mal, quando se trata do desenho urbano, com todas as suas significações pluridisciplinares, que originam a comunicação ambiental.

Esta pesquisa ocupa-se principalmente da qualidade do habitat e dos serviços da cidade de São Paulo, acrescentando no quesito da qualidade as características visuais dos parques e praças. Por isso fomos estudar a imagem mental que as cidadãs entrevistadas tiveram delas.

Concentramo-nos especialmente numa qualidade visual particular: a aparente clareza ou “legibilidade” dos parques e praças. E isso pôde ser captado por meio dos desenhos dessas mulheres. Pudemos também aí nos debruçar sobre as imagens sugeridas pelas respostas às perguntas abertas e fechadas.

Nesse ponto da pesquisa lembramos Kevin Lynch, pois esse autor defende que o aspecto experimental deve estar presente no estudo do espaço. E foi isso que julgamos ter feito também em nossa atividade não só a de pesquisa, mas também no trabalho político de crítica, conscientização e construção. Estamos constantemente, em nossos embates, discussões e práticas, sondando esse sentir e esse querer coletivo das mulheres, pois a “clareza ou a legibilidade de modo algum é a única característica importante de uma cidade bela, a sua relevância adquire um significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade. Para compreender isto temos de considerar a cidade não como algo em si mesmo, mas a cidade objeto da percepção de seus habitantes”⁴.

Além disso ainda, Lynch afirma que “os psicólogos também estudaram esta capacidade humana, se bem que o tenham feito de maneira vaga ou em condições experimentais limitadas”⁵. Pretendemos, na continuidade desta pesquisa, aprofundar essa com-

⁴ Lynch, K. *A imagem da cidade*.

⁵ Id., *ibid.*, p. 13.

preensão do urbano tendo por base a percepção visual, enfatizando, é claro, o enfoque do ponto de vista do gênero feminino.

Diz ainda Lynch que, “para a maior parte das pessoas da cidade moderna, perder-se totalmente dentro dela é, talvez, uma experiência rara. Somos apoiados pela presença de outros e por planos especiais de orientação: mapas, nomes de ruas, sinais de rota, cartazes de autocarros”⁶. Lynch fez esta afirmação há perto de quatro décadas, e é fácil verificar como ela continua atual e como ela nos serve ainda hoje como uma importante referência.

Assim como pensamos em geral em termos de orientação, esse autor imagina a hipótese contrária, e fica ainda mais claro o quanto é importante construir esse processo de expressão, auscultação e projeção socialmente dirigida. Tal como se deu ao apresentarmos, no Capítulo VII, o processo de preparação das mulheres para o mutirão da CDHU, quando pudemos testemunhar a sua experiência de manuseio dos mapas e sua apropriação, com base na memória, do espaço, por uma outra via, com a utilização do guia de ruas. Outra experiência desse tipo nessa ocasião foi retermos juntas as sinalizações comerciais e os signos que estão na cidade.

Kevin Lynch auxilia-nos a entender melhor nossa experiência, e, por outro lado, depois de passar por ela, a teoria de Lynch fica mais clara para nós: “No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizada do mundo exterior que o indivíduo retém. Esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada, e ela está habituada a interpretar informações e a comandar ações. A necessidade de conhecer e estruturar nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado, que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo”⁷. Levamos parte dessa experiência para nossa discussão no seminário que promovemos com a Prefeitura do município de Mauá.

No Capítulo VII vimos cumprir, até, podemos dizer, com certo êxito, nossa proposta de dar a visibilidade necessária ao que aqui chamamos os “lugares de mulher”, que estabelecem com clareza seu território, visando a uma transformação de comportamento, levando em conta que ele está refletido no espaço construído. Levantamos o conjunto desses locais de uma nova vivência de cidadania, espacializando-os por meio dos mapas denominados “Territórios de Mulher”.

Acreditamos que pudemos assim proporcionar, principalmente ao meio acadêmico, informações para que possam preocupar-se em considerar em seus estudos esta nova arquitetura, que podemos perceber como uma rede física com impactos comportamentais em seu entorno e principalmente para o uso do movimento feminista.

Pretendemos continuar a analisar o fazer social específico que vem sendo desenvolvido, nos lugares de mulher, e como este tem operado uma possível transformação nas representações do espaço que se mostram ultrapassadas, tendo já sido alterado o comportamento das/os que estiveram presentes no espaço social que aí foi produzido.

A materialização espacial é fundamental para a ação do movimento social feminista e das mulheres de uma forma geral. Encaramos os resultados de nossa pesquisa como uma devolução sistematizada dos anseios, críticas e auto-referências ao próprio movimento das mulheres.

É preciso ainda acrescentar o fato de que estes espaços vistos assim de modo

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 14.

⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 14.

mais autoconsciente ajudam a produzir propostas legislativas, que podem vir a ser políticas públicas, como algumas experiências concretas, como a intervenção em plano diretores, programas e centros de referência.

E essa nova visão do espaço da cidade também pode orientar o trabalho de instituições governamentais e dos escritórios que produzem os projetos envolvidos nesses novos espaços.

Um saldo mínimo, mas já enraizado nos próprios costumes da sociedade, de todo esse processo histórico de conquista de uma nova consciência por parte das mulheres é que a garantia de titularidade do território legalizado e da habitação tem sido dado prioritariamente, dentro das famílias, à mulher.

Quanto à universidade e a área científica, é preciso chamar a atenção para o fato de que as mulheres cientistas e pesquisadoras enfrentam os mesmos obstáculos para o seu desenvolvimento. A circunstância de serem mulheres e de terem que assumir tarefas de estruturação da família e a maternidade e suas conseqüências, assim como a dificuldade oferecida pela estrutura desses espaços, que ainda considerarem as mulheres menos capazes que os homens⁸.

E a Universidade de São Paulo não pode deixar de participar dessa conquista social e tratar dessa problemática, aprofundando, e não revertendo, sua trajetória de produção de conhecimento. Deve, portanto, apoiar iniciativas de pesquisa que visem a colaborar com o Estado, no âmbito municipal, estadual e federal, no que tange a resgatar aquela dívida e superar esse problema, gerador de tanto sofrimento.

Seu Núcleo de Estudos das Relações Sociais de Gênero deve ser fortalecido, e nas suas unidades devem ser criados grupos e núcleos de reflexão sobre este tema emergente, que vem de muito longe. E no século XX ganha maior espaço, dando oportunidade ao desenvolvimento de teorias e criando embriões de novos paradigmas para as ciências humanas, naturais, médicas e exatas. Em suma, deve-se enfrentar o androcentrismo que ainda impera na Academia.

É preciso também que tudo isso se some à tomada de conhecimento e à aplicação das decisões da Unesco decididas em Paris no ano de 1998, “em que se reafirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos”. E, na educação para a cidadania, preconiza a inclusão das relações sociais de gênero como parte dos direitos humanos.

Assim como a universidade deve ser levada a assumir as deliberações de todas as conferências mundiais e suas recomendações, até mesmo as da histórica Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, na China, em 1995, em que as/os participantes discutiram e decidiram “conscientes de que a educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz”⁹.

Os estudos para a elaboração de planos, programas e planos de ações e diretores urbanos não têm exibido uma preocupação especial com as questões em torno das

⁸ Schienbinger, I. *O feminismo mudou a ciência?* São Paulo, Edusc, 2001.

⁹ Declaração da Unesco, Paris, 1998.

relações de gênero, apesar de algumas vereadoras, secretárias e prefeitas serem mulheres.

“Não basta ser mulher para ocupar o poder” é uma afirmação feminista. Bom humor à parte, é necessário haver a sensibilização para a desigualdade que as mulheres enfrentam, e este debate deve ser encarado em todas as instituições, mas principalmente pelo Estado, em todas as suas esferas. No caso da cidade de São Paulo temos experiências de legisladores homens defenderem direitos das mulheres propondo leis e mulheres que não compreenderam ainda esta questão.

Queremos ainda aqui destacar as contribuições que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal tem dado a essa causa, por meio de seu Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, desenvolvendo seminários e dando destaque em suas publicações. Que poderemos observar melhor no capítulo das recomendações.

Desenvolvemos nestes dez anos uma atitude de provocação constante aos poderes constituídos da sociedade, assim como aos poderes do Estado e aos poderes da sociedade civil organizada, propondo sempre em sua pauta a reflexão sobre a cidade pelo olhar das mulheres organizadas ou não organizadas, mas do ponto de vista das relações sociais de gênero.

Podemos afirmar com segurança que as mulheres feministas e as do movimento de mulheres, aliadas à Coordenadoria Especial da Mulher e às vereadoras, deram um salto de qualidade ao conseguirem articular-se e produzirem uma intervenção no processo de elaboração do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. E nós, da universidade, tivemos um papel fundamental nesse processo, ao apresentarmos ali as reflexões já concluídas no longo processo de pesquisa e discussão, com cerca de mais de 2 mil mulheres, sobre a importância da participação das mulheres na definição do Plano Diretor, vigilantes para que a perspectiva de gênero não fique excluída.

No município de Santo André também foi retomado o processo de discussão, e temos notícias de que lá as mulheres conseguiram interferir em todo o processo e no conteúdo do texto nos comprometemos a trazer para a Academia.

Quanto à arquitetura e às/aos arquitetas/os, chamamos a atenção para a necessidade que temos de refletir sobre nosso ato de produção de um projeto, em que pode estar embutida, no próprio partido adotado, uma ideologia que segrega as mulheres.

Nosso ato de criar pode, sim, ajudar na perpetuação de uma ideologia machista, como no exemplo do arquiteto (tal como ilustrado em anúncio, anexado adiante, que foi publicado num jornal, gerando grande polêmica) que produz sugestões de arquitetura de interiores para meninos e para meninas, com diferentes significados em termos de incentivar a imaginação e o espírito de aventura do menino, e o instinto maternal da menina, em que vai embutido o estímulo à passividade.

Quanto às mulheres, para que possam aumentar seu acesso à cidade, com certeza cabe a elas, ou seja, a nós, continuarmos entrincheiradas e batalhando para ter visibilidade, e exigindo que sejamos tratadas como sujeitos de direitos.

Estas considerações finais do trabalho primam pelo caráter de apontamentos de uma gama de visões que nos levam a pensar transdisciplinar, multidisciplinar e inter-setorialmente. Aqui, na verdade, discutimos um pouco da metodologia de planejar e projetar os espaços das cidades do ponto de vista das relações sociais de gênero. Mantivemos, nesse intuito, o esforço de não permitir que as reflexões descolem da tessitura de como a

sociedade vem sendo organizada e na qual se dão os conflitos de interesses, por classes sociais, raças/etnias, faixas etárias e a própria diversidade que compõe o segmento das mulheres.

Então o forte deste trabalho é identificar as amarras ideológicas, como bem expressou a historiadora Odila Leite, uma de nossas principais referências. Procuramos produzir um pequeno resumo da trajetória histórica das mulheres nas cidades. Levamos a efeito uma leitura vivenciada do cotidiano das mulheres das classes sociais que vivem nas favelas da cidade de São Paulo e nos movimentos de moradia que constroem suas habitações por meio de mutirão. E dirigimos o nosso esforço para obter um contato com o imaginário daquelas jovens mulheres quando desenham a praça e o parque que conhecem e aqueles com que sonham. Foi aí que pudemos desenvolver a análise perceptiva mais profunda.

Temos aqui o início de vários caminhos, abertos para a continuidade do estudo reflexivo das mulheres da cidade de São Paulo e da Área Metropolitana. E guardamos o impacto, no espaço construído, dos processos instaurados nos organismos com que trabalhamos, como a União de Mulheres de São Paulo e o Grupo Técnico de Apoio, a Coordenadoria Especial da Mulher do município de São Paulo e a Câmara Municipal de São Paulo. Finalmente, procuramos mostrar como a universidade deve incorporar em seus currículos o estudo e a referência da diversidade da sociedade, formando profissionais com visões intersetoriais, interdisciplinares e transdisciplinares, ao assumir a questão das relações sociais de gênero. Em função disso apresentamos nossas propostas.